



CAMINHOS ENTRELAÇADOS: UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO ENTRE O FEMINISMO BRANCO E MULHERES NEGRAS AO LONGO DO TEMPO

INTERTWINED PATHS: AN ANALYSIS OF THE INTERACTION BETWEEN WHITE FEMINISM AND BLACK WOMEN OVER TIME

Catiana Ferraz da Silva¹

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é analisar o papel do feminismo branco na relação com mulheres negras buscando compreender historicamente o desenvolvimento dessa interação. Assim, destaca-se a importância de uma reflexão aprofundada sobre este tema contemporâneo reconhecendo a necessidade de debates mais incisivos. Além disso, a pesquisa tem como metas específicas: investigar como se estabelece a relação entre o feminismo branco e as mulheres negras examinando os diferentes elementos que a constitui; avaliar os limites do feminismo no que diz respeito às posições sociais das mulheres negras e as suas experiências na sociedade contemporânea. Para atingir esses objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas, como SciELO e Google Acadêmico, a fim de identificar publicações relevantes sobre o tema em questão. A consciência da desigualdade social entre as raças aliada à dupla opressão enfrentada pela mulher negra devido a seu gênero e etnia, fundamenta a necessidade de abordar essas questões de maneira aprofundada. A compreensão dessa desigualdade e o desejo de transformar o cenário atual motivam a articulação de um movimento empenhado em combater o preconceito na sociedade visando proporcionar melhores condições de vida para as mulheres negras e, por conseguinte, influenciar a estrutura social como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Feminismo Negro. Mulheres brancas. Mulheres negras. Movimento Feminista.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the role of white feminists in relationships with black women, seeking to historically understand the development of this interaction. The importance of in-depth reflection on this contemporary topic is highlighted, recognizing the need for more incisive debates. Furthermore, the research has specific goals: to investigate how the relationship between white feminists and black women is established, examining the different elements that constitute it; evaluate the limits of feminism with regard to the social positions of black women and their experiences in contemporary society. To achieve these objectives, we carried out a literature review in scientific databases, such as SciELO and Google Scholar, in order to identify relevant publications on the topic in question. Awareness of social inequality between races, combined with the double oppression faced by black women due to their gender and ethnicity, underlies the need to address these issues in depth. Understanding this inequality and the desire to transform the current scenario motivate the articulation of a movement committed to combating prejudice in society, aiming to provide better living conditions for black women and, therefore, influence the social structure as a whole.

KEYWORDS: Feminism; Black feminism; White women; Black women; Feminist movement.

¹ Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGL/Unisc). Graduada em Pedagogia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fabianaklima78@yahoo.com.

1 INTRODUÇÃO

Texto do artigo – em fonte 12 e espaçamento de linhas 1,5 (atente-se às diretrizes para autores disposta no site). Maiores dúvidas sugerimos olhar a última publicação para parâmetro.

Na atualidade, observa-se uma crescente ênfase no discurso acerca da diversidade ressaltando a relevância de reconhecer e respeitar as distintas características entre os indivíduos. Essas singularidades desempenham um papel crucial ao conferir ao ser humano uma identidade única e distinguindo-o dos demais animais. Esse enfoque na valorização das diferenças destaca a compreensão da sociedade contemporânea em relação à importância de promover a inclusão e a equidade reconhecendo a riqueza intrínseca que reside na diversidade humana. Atendo-se mais ao universo feminino, é relevante destacar que as diferenças existentes entre mulheres brancas e negras vêm impulsionando o surgimento de uma vertente dentro do movimento feminista, o chamado feminismo negro.

Importante dizer que os movimentos sociais feministas, de uma maneira geral, começaram a ter uma maior ascensão por volta do século XIX, quando mulheres ativistas se organizaram para reivindicar uma série de direitos as quais não tinham até esse momento, em especial, o direito ao voto. Nesse cenário, as representantes desse movimento social eram mulheres brancas, de classe média alta, considerando que as mulheres negras, nesse período, não tinham espaço nem mesmo dentro de movimentos sociais feministas para se expressarem, sendo oprimidas não somente pela questão de gênero, mas também por questões relacionadas à classe e à raça (ALONSO, 2009).

Ainda que a passos lentos, observa-se uma evolução e uma maior participação das mulheres, de maneira geral, na sociedade contemporânea, considerando as imposições e restrições sofridas e impostas historicamente por uma sociedade machista e patriarcal que ainda divide a população em questão de gênero, raça, etnia, afetando, assim, uma quantidade expressiva de mulheres, especialmente as negras (Pereira, 2013).

Nesse ensejo, entende-se a importância de compreender o papel do feminismo branco em relação às mulheres negras, a fim de observar como vem se dando essa relação historicamente, propondo uma reflexão acerca deste tema que, ainda que pareça retórico, está muito atual e precisa ser debatido com mais veemência. É preciso dizer que o feminismo, como teoria e prática, vem desempenhando, ao longo dos anos, uma função essencial nas lutas e conquistas da humanidade,

na medida em que, ao apresentar novas questões, não somente incentivou a formação de grupos e redes, mas também o desenvolvimento de uma nova maneira de ser mulher (González, 2020).

Portanto, é evidente que as mulheres, em particular as negras, buscam não apenas defender seus direitos, mas também reivindicar a liberdade de atribuir novos significados a essas narrativas. Além disso, destacam o direito de escolher quais elementos dessas narrativas consideram relevantes. Assim, a luta dessas mulheres está centrada na conquista de seus direitos, assegurando o acesso a eles e garantindo seu lugar na sociedade, como afirmado por Holland (2019).

Em seu livro: “Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano”, de 2019, Grada Kilomba afirma que a ideia de escrever essa obra se deu pela grande vontade que ela tinha em se fazer entender como “sujeito”, em se “tornar sujeito”, porque em seus escritos ela procura exprimir a realidade psicológica do racismo diário que as mulheres negras vivenciam nas mais diversas situações do seu cotidiano. Com isso, essa obra exprime a atemporalidade do racismo cotidiano, não somente como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que vem sendo negligenciada (Kilomba, 2019).

Isto posto, há o entendimento de que este seja um tema de grande relevância e que precisa ser debatido com maior profundidade, uma vez que o feminismo, ainda que esteja ganhando força nos últimos anos, ainda preconiza, mesmo que de forma velada, a supremacia da mulher branca em relação à negra. Por isso, a importância de se esclarecer o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre a relação da mulher branca com a mulher negra em relação às questões sobre o feminismo?

Acerca dos objetivos, foram estabelecidos os seguintes: analisar o papel do feminismo branco na relação com mulheres negras, com a finalidade de verificar como se dá essa relação, quais são os limites do feminismo no que tange as posições sociais e as experiências das mulheres negras na sociedade contemporânea. Ademais, abordar a respeito da opressão e dominação que possam existir entre as mulheres, para o silenciamento das mulheres negras, o ponto de vista dessas mulheres em contraposição a um “nós” baseado nas vivências de mulheres brancas, questões destacadas na construção de uma teoria feminista e um projeto político econômico radical.

Importante a realização deste estudo em virtude de que as mulheres brancas que, em geral, dominam os discursos feministas e formulam as teorias feministas, apresentam pouca ou nenhuma compreensão a respeito da supremacia branca como estratégia, dos efeitos psicológicos da classe, de sua condição política dentro de uma nação racista, sexista e capitalista. Assim, há o entendimento de que todas as mulheres são oprimidas, independentemente de classe, raça, religião ou sexualidade.

Mulheres negras acabam sofrendo mais simplesmente por serem mulheres e negras, com isso, acabam ocupando uma posição inferior às demais, de maneira que o próprio campo feminista precisa ser revisitado. Este artigo contribuirá para a compreensão das diversas correntes e abordagens dentro do feminismo contemporâneo, bem como para a valorização das perspectivas de autoras feministas que discutem questões de identidade e alteridade de gênero. Ao examinar as obras selecionadas, o que pretende-se é estimular reflexões críticas e promover o diálogo acadêmico sobre esses temas relevantes no contexto atual.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados científica, como SciELO e Google Acadêmico, em que foram pesquisadas informações a respeito do tema em questão, com a finalidade de verificar o que já foi publicado a esse respeito. Assim, foram considerados para este estudo artigos que tivessem sido publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, sendo que a pesquisa foi realizada por meio das seguintes palavras-chave: feminismo, feminismo negro, mulheres brancas, mulheres negras e movimento feminista.

2 CONCEPÇÕES ACERCA DO FEMINISMO: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

O conceito de feminismo, segundo Soares (1994), é entendido como a ação política das mulheres, que inclui teoria, prática e ética. A autora reconhece as mulheres, historicamente, como sujeitos de transmutação de sua própria condição social. Assim, segundo Cisne e Gurgel (2008), o feminismo, na perspectiva de um movimento social emancipatório, declarava a igualdade e a liberdade das mulheres, para que pudessem superar as diversas opressões e explorações patriarcais e capitalistas que marcaram suas experiências como seres sociais.

Nesse contexto, o movimento feminista explora diversos temas, como o questionamento da sexualidade heteronormativa, a reivindicação do direito ao aborto, a proteção da maternidade como oportunidade, a condenação à intensa jornada de trabalho feminina e a educação sexista como um dos fatores estruturantes da violência contra a mulher. Logo, essas bandeiras de luta sempre estiveram presentes nos debates do movimento, principalmente no que diz respeito à questão da mulher e da autonomia de seus corpos, tentando romper com a ideia de que a mulher é o gênero mais fraco (Galleti, 2004).

Assim como outros movimentos sociais, o movimento feminista não é clássico, pois se desenvolve em esferas não tradicionais de organização e ação política - a novidade é que essas mulheres tornaram visíveis a prática e a percepção de diversos setores sociais geralmente

marginalizados da realidade social. Elas lançam luz sobre aspectos da vida e dos conflitos que muitas vezes passam despercebidos e ajudam a questionar velhos paradigmas de ação política (Soares, 1994). Portanto, é preciso entender que o movimento busca dar à mulher o seu verdadeiro direito à liberdade, sem amarras sociais, culturais, sem o receio de ser vítima de violência verbal ou física e de ter oportunidades iguais e justas, em relação a outras mulheres e outros homens.

Na contemporaneidade, o movimento feminista defende a busca por direitos equiparados entre mulheres e homens em todos os âmbitos abrangendo tanto a esfera pública quanto a privada. Essa perspectiva sustenta que as dinâmicas de poder de gênero têm raízes mais sociais do que biológicas. A sociedade, moldada pelos comportamentos aprendidos durante o processo de socialização, perpetua a naturalização de papéis de gênero resultando na subordinação de um deles, como afirmam Alves e Pitanguy (1985, p. 56) quando dizem que:

[...] os teóricos da discriminação de sexo apelam para a “natureza” da mulher para justificar sua posição social subalterna. Sendo ela, “por natureza”, um ser frágil e dependente, legitima-se a assimetria sexual. Este reducionismo biológico camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável.

As implicações do papel de gênero atribuído "naturalmente" ao gênero feminino, estimula as relações de poder, em que o homem é o sexo dominante e a mulher é a dominada, sob imagens de exclusão, silêncio e opressão. Em suas análises do poder, Foucault (1987) possibilita desorganizar as ideias usuais que se tem sobre o poder. Para ele não há um único ser que tenha poder, mas que seja exercido pelos sujeitos por meio de suas relações e ações. O pensador diz que esse exercício de poder só é possível sobre sujeitos que resistem, caso contrário, trata-se de uma relação violenta. Para Louro (2014, p. 44), a análise de Foucault

[...] não significa, no entanto, desprezar o fato de que as mulheres (e também os homens que não compartilham da masculinidade hegemônica) tenham, mais frequente e fortemente, sofrido manobras de poder que os constituem como o outro, geralmente subordinado ou submetido – mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos.

Isso significa que, embora as mulheres ainda se encontrem em uma posição de subordinação, na maioria das situações sociais, elas são mais propensas a resistirem e romperem essa relação. A oposição, ou melhor, a ‘multiplicidade de pontos de resistência’, estaria conectada ao exercício do poder.

2.1 O FEMINISMO COMO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E LIBERTADOR

Pinto (2009) afirma que o feminismo emerge como um movimento libertário, que não quer apenas espaço para as mulheres no trabalho, na vida pública, na educação, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres em todas as áreas, em que essas tenham liberdade e autonomia para decidirem sobre sua vida e seu corpo.

Segundo Álvarez (1990 apud Costa, 2005), o movimento feminista destaca-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos edificados a partir dos papéis de gênero atribuídos historicamente a elas, pela definição de sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado, e pelo princípio organizacional da horizontalidade, ou seja, a inexistência de esferas hierárquicas de decisão.

Alves e Alves (2013) confirmam as ideias dos autores anteriores argumentando que os papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres são questionados pelo feminismo e que este, por sua vez, constitui um movimento diferente dos demais, porque defende os interesses de gênero das mulheres. Dito isso, as autoras ressaltam que a principal luta do movimento feminista hoje é o combate à opressão a que elas são submetidas, que visa alcançar a autonomia e o protagonismo na sociedade por meio da defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nesse contexto, evidencia-se que o feminismo é um movimento abrangente e transformador que busca não apenas a inserção das mulheres em diversas áreas da sociedade, mas também a reconfiguração das relações de poder e gênero. Ele luta pela liberdade e autonomia das mulheres desafiando sistemas culturais e políticos que historicamente as oprimiram. A estrutura organizacional do feminismo, que preza pela horizontalidade e a ausência de hierarquias, reflete seu compromisso com a igualdade. Sendo assim, a principal luta atual do movimento é contra a opressão, que visa alcançar a igualdade de direitos, promover a autonomia e o protagonismo das mulheres na sociedade.

É fato que as mulheres conquistaram muito com suas lutas contínuas, embora ainda existam desigualdades e, apesar de elas estarem conquistando espaços que antes não imaginavam, o machismo está presente e ainda muito latente na sociedade (Alves; Alves, 2013).

Assim, segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, por meio de seu plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005), o maior acesso e participação delas nos lugares de poder são meios necessários para a democratização do Estado e da sociedade, porque se sabe que as mudanças sociais que estão sendo promovidas estão longe de mudar radical e definitivamente

os valores e ideias coloquiais e patriarcais sobre a mulher. A maioria permanece sujeita ao poder e à opressão, tanto material quanto simbolicamente (Matos, 2006).

Essa opressão, baseada em um discurso machista, reforça a disseminação de comentários maldosos sobre o movimento, acentuando estereótipos equivocados, o que é altamente relevante para debater o problema elaborado nesta investigação e para confirmar a hipótese desenvolvida, que além da falta de informação em relação ao movimento feminista, esses estereótipos existentes e propagados influem na forma como as mulheres conceituam o evento, pois esse tipo de comentário pode ser significativo na decisão de não participar dificultando o processo de identificação.

Schmidt (2006) concorda com esse pensamento afirmando que a vulgarização do feminismo e sua associação com noções de marginalização para marcar a natureza é algo que não é bom e desejável para a sociedade. Isso tem feito parte da estratégia de segmentos da elite intelectual em tentar refutar o inédito avanço mundial das conquistas feministas nas últimas décadas. A realidade é que a crítica feminista sequer existe fora de seus praticantes e, quando é discutida, é tratada com incredulidade, muitas vezes com preconceito exposto (Schmidt, 2006).

Ou seja, esse discurso precisa ser ampliado e, conseqüentemente, mais informações precisam ser divulgadas sobre esse movimento, valorizando a voz das mulheres. É de extrema importância sempre afirmar e reafirmar que a luta das mulheres não é apenas pela igualdade econômica e política, mas também pela conquista de espaço e libertação das coerções de uma moral construída pela cultura machista, que permeia o cotidiano e vida delas até hoje (Alves; Alves, 2013).

Nota-se, assim, que a maior participação das mulheres em posições de poder é fundamental para a democratização do Estado e da sociedade. Embora mudanças sociais estejam ocorrendo, elas ainda não alteraram profundamente os valores patriarcais enraizados. As mulheres continuam a enfrentar opressão material e simbólica reforçada por um discurso machista que perpetua estereótipos negativos sobre o feminismo. Essa desinformação e estigmatização dificulta identificação e participação das mulheres no movimento feminista. Portanto, é crucial ampliar o discurso feminista, divulgar mais informações sobre o movimento e valorizar a voz das mulheres. A luta feminista deve ser reafirmada continuamente, não apenas por igualdade econômica e política, mas também pela conquista de espaço e pela libertação das coerções impostas por uma moral machista que ainda permeia a vida cotidiana.

Por fim, também é importante que o Estado invista cada vez mais em políticas públicas voltadas para as mulheres e que as protagonistas do movimento feminista aumentem sua presença

na esfera pública, na luta pela garantia dos direitos conquistados e na ampliação de novos direitos. O feminismo, no entanto, é um movimento coletivo, não apenas na existência do conceito de sexo (Conquistas femininas), mas também acerca da inclusão das mulheres como atores sociais e protagonistas de sua história (Guedes; Pedro, 2010).

Logo, é necessário que o Estado intensifique o investimento em políticas públicas voltadas para as mulheres e que as líderes do movimento feminista ampliem sua presença na esfera pública. Isso é necessário para garantir os direitos já conquistados e promover a obtenção de novos direitos. O feminismo é um movimento coletivo que não se limita às conquistas relacionadas ao gênero, mas também à inclusão das mulheres como atores sociais e protagonistas de sua própria história. Dessa forma, a luta feminista visa uma transformação social ampla, em que as mulheres possam exercer plenamente seus papéis e direitos na sociedade.

3 A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

As mulheres sempre estiveram em busca da igualdade de direitos e melhores condições de vida, pois se vive em uma sociedade que, além de racista, também é patriarcal, na qual predominam as relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, em que elas são oprimidas simplesmente por causa de seu gênero. E, no meio de toda essa opressão sexual, encontram-se as mulheres negras que sofrem duas formas de opressão: gênero e raça.

Com isso, para elucidar as categorias de gênero é preciso recorrer a conceitos baseados nas ciências sociais. Isso inclui o estabelecimento de identidades masculinas e femininas com base na história social. O conceito de gênero nasceu do desejo de degradar a espontaneidade e tornar histórica a relação desigual entre mulheres e homens. Então, os papéis pré-determinados provaram e legitimaram uma ordem estabelecida na hierarquia e nas características do que pertence, do que é justo, do que é o espaço de mulheres e homens.

A definição de gênero consiste em uma construção social, que tem uma identidade subjetiva, em que apresenta-se como valores sociais e culturais que classificam as pessoas como são e o que são os outros. A discussão de gênero, por meio das diferenças socialmente construídas entre homens e meninas, reproduz a manifestação da desigualdade existente nos papéis sociais das pessoas, de forma que as mulheres assumem responsabilidades, tarefas e funções que não deveriam estar apenas em suas mãos, mas como um dever do Estado e do gênero masculino. Destarte, essas desigualdades são naturalizadas para que as pessoas as vejam como algo natural.

A compreensão da igualdade de gênero é permeada por tensões culturais, sociais e históricas, que precisam ser amplamente discutidas e construídas pela sociedade. O Brasil é conhecido por ter avançado, ao longo dos anos, com legislações e medidas nesse sentido. Portanto, em matéria de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil, a Constituição Federal de 1988 preconiza a igualdade entre homens e mulheres em direitos, obrigações, oportunidades e proibições, diferenças salariais, de desempenho de funções e critérios de admissão com base na idade, sexo, cor ou estado civil (Nascimento, 2016).

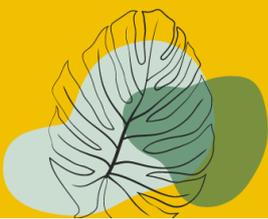
Entretanto, a humanidade ainda caminha a passos lentos, pois, a ideia de que a mulher já conquistou a igualdade social ainda é falsa e vulgar. Na verdade, elas conquistaram sua independência e já ocuparam grande parte do mercado de trabalho, como pode ser visto no levantamento feito em 2022 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que aponta que as mulheres recebiam, em média, 70% do salário dos homens em 2019. A diferença é maior nos cargos de maior rendimento, como gerentes e diretores em 60% da renda dos homens. A pesquisa analisou as condições de vida das mulheres brasileiras, com a maior desigualdade salarial encontrada na região Sudeste (IBGE, 2021).

Dessa forma, não há como analisar o gênero isoladamente dos determinantes econômicos e sociais, pois as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, negras e periféricas são as que mais sofrem com a opressão, discriminação, violência, dupla ou tripla jornada, trabalho precário ou subprecarizado. E, apesar disso, muitas pessoas desconhecem seu lugar como mulheres oprimidas e exploradas nesta sociedade.

Durante a escravidão, as mulheres negras, além de serem exploradas fisicamente, também eram usadas sexualmente tanto como fonte de renda para seu senhor quanto para sua satisfação. Muitas punições aplicadas às escravizadas foram impostas por meio de estupro (Nascimento, 2016).

Após a abolição da escravatura, os negros permaneceram à margem da sociedade, não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho. Para as mulheres negras, as oportunidades de subsistência estavam relacionadas ao trabalho doméstico, ao cuidado, ao servir, ou seja, sempre atrelado a tarefas domésticas. O censo dos anos 1950, acerca das atividades econômicas que eram ocupadas por mulheres negras constatou-se que 10% trabalhavam na agricultura e/ou na indústria (principalmente têxteis) e o restante, 90%, concentrou-se no ramo dos serviços pessoais (Gonzales, 2020)

[...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um



processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia (Gonzales, 2020, p. 50).

Além do fato de que a grande maioria das mulheres negras estarem ligadas ao trabalho doméstico, outra forma de elas serem percebidas pela sociedade era como "mulatas". Analogamente, de cunho sexual, a exploração do corpo dessas mulheres atraía o turismo, assim a mulata deixou de ser apenas fruto da relação entre negros e brancos e passou a representar também um país que vive em um harmonioso paraíso racial sustentando, ainda mais, o mito da democracia racial. Essa alta valorização do corpo da “mulata” que encontra seu apogeu no Carnaval reforça outro velho ditado racista: “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” (Gonzales, 2020).

Igualmente, as desigualdades entre homens e mulheres estão muito presentes na sociedade contemporânea e quando se compara essa desigualdade em relação às mulheres negras o abismo se torna bem maior. Em relação a expectativa de vida, mulheres brancas, em 2000, esperavam viver 73,8 anos ao nascer, mulheres negras, 69,5 anos, assim, essas diferenças na refletem principalmente o menor acesso a bens e serviços de saúde, educação, serviços de infraestrutura, como abastecimento de água, esgoto etc. (IPEA, 2004).

Em decorrência disso, as mulheres negras ingressam no mercado de trabalho nas profissões mais instáveis, resultado da dificuldade de acesso à educação. No Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% têm carteira de trabalho assinada – ante 12,5% das mulheres brancas que trabalham como domésticas e 30% que têm carteira de trabalho assinada. Do total de mulheres empregadas, 17% são empregadas domésticas, sendo que dessas, a grande maioria são negras que, em geral, não gozam de nenhum direito trabalhista, pois não trabalham com carteira assinada e não recebem FGTS (IPEA, 2004).

Outrossim, esse menor acesso à educação também afeta a saúde delas, pois a falta de informação e conhecimento sobre o acesso aos serviços de saúde traz consequências como: 46,27% das negras nunca terem passado por um exame clínico das mamas, contra 28,73% dos brancas que também nunca fizeram (IPEA, 2004).

Logo, todos esses números aqui apresentados apenas mostram o quanto a mulher negra é duplamente discriminada na sociedade atual, estando na base e sempre apresentando os piores

indicadores sociais. Por isso, o movimento feminista precisa colocar em pauta a questão da mulher negra e o movimento feminista negro, as reflexões acerca de gênero.

3.1 O MOVIMENTO FEMINISTA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

O feminismo negro nasceu, segundo Moura (1988), dentro de irmandades religiosas e outros movimentos, inclusive o movimento feminista, em que as mulheres negras articulavam as dificuldades de gênero e raça.

Sobre o surgimento do feminismo negro no Brasil, Damasco (2009) afirma que a presença de mulheres negras nos movimentos feministas foi marcante na década de 1980, momento em que as feministas negras denunciaram as desigualdades sociais em eventos que buscavam consolidar estratégias específicas e raciais dos movimentos de gênero e da raça. Neste ponto do estudo, a mesma competição se destaca na perspectiva do autor Rodrigues (2006, p. 78) que define:

O tipo de disputa que as mulheres negras tinham com as mulheres brancas e com os homens negros era de ordens distintas, talvez isso explique o porquê de ter havido uma ruptura maior com o movimento feminista. Em relação aos homens, o que se disputava mais que a complementariedade das questões de gênero e raça, eram os espaços de poder dentro do movimento, ao passo que a disputa com as mulheres se concentrava muito mais na centralidade dada ao patriarcado, pelas mulheres brancas e ao racismo, pelas mulheres negras, como sistema primordial de explicação da opressão a que eram submetidas.

A posição social do negro, e especialmente da mulher negra, está intrincada ao grande esforço de homens e mulheres afrodescendentes em resgatar a dignidade do negro concretizando sua identidade e auxiliando na investigação da ascensão social (Santos, 2009). Carneiro (2003), por sua vez, explica que pensar no subsídio do feminismo negro na luta contra o racismo suscita alusões ao racismo e ao machismo que acusam as mulheres negras de sua brutal exclusão e marginalização.

Portanto, é essencial compreender a identidade da mulher sob a perspectiva de gênero para uma melhor compreensão do movimento social feminista e de como este exerce influência na construção das identidades das mulheres negras. De acordo com Rodrigues (2006), no Brasil, grupos de mulheres negras e outras feministas têm emergido em diversas áreas regionais, resultando em variações na formação do pensamento feminista de acordo com a região, país e entre outros fatores. Isso evidencia a existência de um denominador comum, que é a interseccionalidade entre gênero e raça.

Nesse contexto, é crucial destacar a importância do conceito de interseccionalidade. Este termo enfatiza a complexidade das experiências individuais reconhecendo que as mulheres não vivenciam apenas uma forma de opressão, mas uma interação de múltiplos fatores, como gênero, raça e classe social. Ressaltar a interseccionalidade no contexto do movimento feminista é fundamental para uma compreensão mais abrangente e inclusiva das lutas enfrentadas pelas mulheres, particularmente as mulheres negras, em sua busca por equidade e justiça social.

Rodrigues (2006) também lança luz sobre as formas de opressão do movimento feminista negro citando a divisão racial do trabalho ao lado de uma divisão "social" do trabalho e uma divisão sexual do trabalho. Opressão de homens pretos e brancos; exploração sexual de mulheres negras; exclusão das mulheres negras das decisões políticas e econômicas do país; violência doméstica; e baixo nível de escolaridade. Também é denunciada a invisibilidade e distorção da imagem da mulher negra nos meios de comunicação de massa.

Rodrigues (2006, p. 88) apontou ainda que o racismo e o sexismo são "a opressão intragênero e intraétnica" evidenciando também o rompimento com a invisibilidade da mulher negra no movimento negro e no feminismo, o rompimento com a invisibilidade da mulher negra na mídia, enfatizando a luta contra a esterilização da mulher negra e o direito de decidir livremente se quer ou não ter filhos, o combate à violência doméstica e sexual contra a mulher negra, a eliminação da discriminação no mercado de trabalho e o acesso à saúde.

Nessa ótica, muitas mulheres negras fazem da luta contra a morte de homens negros o foco dos movimentos, partindo do conceito de formação de grupos, comprovando que atualmente, as diferenças entre as regiões do Brasil estão passando por mudanças na formação dos movimentos feministas negros. Por conseguinte, volta-se o seu ponto de vista para o que há de comum entre o gênero e raça, para, então a versão de novos autores, que ajudam a entender melhor o ponto onde convergem as ações dos movimentos sociais, partindo do geral para o específico, ou seja, o movimento feminista negro (Carneiro, 2003).

Essas mulheres não brancas incluem mães, senhorios de casa, empresárias, profissionais e estudantes que batalham por direitos iguais entre os gêneros atuavam com a finalidade de quebrar os preconceitos criados pela cultura colonial que provocavam o racismo. Logo, a luta permanente pelo direito à igualdade salarial para acesso à educação, para diferentes formas de trabalho, onde podem mostrar que são tão talentosos quanto homens ou mulheres brancas.

4 FEMINISMO BRANCO X FEMINISMO NEGRO

As mulheres negras desempenharam um papel crucial na luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos e nos movimentos feministas que buscavam igualdade política através do sufrágio. No entanto, após a abolição, o movimento feminista branco, incapaz de reconhecer a intensificação da opressão quando raça e gênero se entrelaçam, acabou excluindo as mulheres negras de suas agendas transformando-se, assim, em uma ferramenta de opressão. Essa dinâmica resultou na divisão do feminismo em duas vertentes: o feminismo branco e o feminismo negro (Davis, 2013).

Velasco (2012) destaca que no final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, houve uma coalizão entre homens e mulheres negras contra a segregação imposta pelo movimento sufragista liderado pelo feminismo branco burguês. Enquanto o feminismo branco moderno baseava-se na afirmação de Simone de Beauvoir de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", o feminismo negro buscava reivindicar e reconstruir simultaneamente a identidade feminina considerando as mulheres negras como sujeitos em uma categoria de gênero mais complexa (Davis, 2013).

Velasco (2012) também ressalta que o deslocamento do racismo para o centro da desigualdade deu origem a outros feminismos, como o feminismo negro britânico, que incorpora elementos da diáspora africana. No contexto brasileiro, Carneiro (2011) argumenta que a identidade nacional é moldada pela violência sexual perpetrada por escravistas brancos contra mulheres negras e indígenas resultando em uma população mestiça e alimentando o mito da democracia racial.

O feminismo negro, construído em sociedades multirraciais e pluriculturais, enfatiza o papel central do racismo na hierarquia de gênero. Ao denunciar e combater a opressão racial e de gênero, os movimentos feministas negros contribuem para a atuação política feminista e antirracista no Brasil (Carneiro, 2011). A expressão "enegrecendo o feminismo", segundo Carneiro (2003), representa a necessidade de enfrentar as tendências coloniais reproduzidas pelo feminismo brasileiro e reconhecer a diversidade das mulheres, especialmente das mulheres negras.

Embora o movimento feminista tenha sido crucial na desconstrução do patriarcado e na promoção de políticas para as mulheres, a generalização superficial do feminismo teve consequências para a representação política das mulheres negras (hooks, 2014). Assim, a interseccionalidade surgiu como uma necessidade crítica para considerar as realidades das mulheres negras por si mesmas reconhecendo as idiossincrasias nas experiências de opressão (Davis, 2013).

A relação entre mulheres brancas e mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea é marcada por disparidades nas condições de vida e oportunidades. A terceira onda do movimento feminista, iniciada nos anos 1990, trouxe a discussão da micropolítica e evidenciou a invisibilidade das mulheres negras nas pautas do feminismo branco. O feminismo negro ganhou força lutando para que as mulheres negras fossem reconhecidas como sujeitos políticos (Ribeiro, 2018).

Entender o início do movimento feminista no Brasil implica reconhecer as diferentes ondas destacando que as mulheres brancas, muitas vezes privilegiadas, não centravam suas demandas na comunhão de todas as mulheres. Dessa forma, as mulheres negras eram frequentemente excluídas do diálogo e suas lutas eram marginalizadas (Teles, 1999). O ambiente acadêmico, por exemplo, revela manifestações de racismo do feminismo branco resultando em condições desafiadoras para as mulheres negras (Moreira, 2007).

A estrutura familiar também reflete as desigualdades raciais, pois as mulheres negras foram historicamente submetidas a uma opressão que ocorria em diferentes dimensões, incluindo o racismo. Nesse sentido, a formação social nas colônias de exploração seguiu padrões impostos pelos senhores perpetuando a ideia de famílias brancas e negras distintas. Em síntese a democracia racial, um mito que permeou a obra de Gilberto Freyre, ocultava as opressões sofridas pelas mulheres negras e indígenas (Freyre, 2004).

A luta das mulheres negras é, portanto, multifacetada envolvendo não apenas a desconstrução do patriarcado, mas também o enfrentamento do racismo estrutural. Portanto, o feminismo branco deve reconhecer seu privilégio e comprometer-se com a luta antirracista não como um favor, mas como uma dívida para com um grupo historicamente oprimido (Teles, 1999).

Em resumo, o desafio é superar a fragmentação do movimento feminista reconhecendo as particularidades das realidades marcadas por machismo, sexismo e racismo promovendo uma verdadeira inclusão que considere as experiências únicas das mulheres negras na busca por igualdade e justiça social (Velasco, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fortalecer o compromisso da mulher branca com a mulher negra é extremamente importante na construção de uma sociedade igualitária. Esse público deve buscar, por meio de seus privilégios, o fim de uma hierarquia racial. Uma vez que as mulheres negras lutam por sua emancipação desde a época da escravidão e na medida em que o feminismo branco não atende às

suas necessidades diante de uma sociedade machista, as possibilidades de ascensão das mulheres negras tornam-se limitadas, pois um grupo que a sociedade determina como superior tem o poder de bloquear os passos de uma mulher negra que tenta fugir de uma condição socialmente determinado.

A partir da consciência da desigualdade social entre as raças da dupla opressão da mulher negra por seu gênero, etnia e de sua vontade de mudar esse cenário é possível que um movimento articulado disposto a lutar na sociedade pelo fim do preconceito possa levar às mulheres melhores condições de vida movimentando, assim, toda a estrutura da sociedade.

Assim, urge a necessidade de mais políticas públicas que contemplem e beneficiem também as mulheres negras, através da construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática e antirracista. Contudo, antes de se criar e implementar efetivamente as políticas públicas, leis e portarias é necessário implementar as que já existem, pois a criação de leis, portarias ou políticas por si só não muda a realidade e, por isso, deve-se buscar a eficácia, o processo de formação e desconstrução de uma sociedade livre de opressão e subjugação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 2009.

ALVES, A. C. F; ALVES, A. K. S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV Seminário do centro de estudo do trabalho e ontologia do ser social (CETROS), 2013, Fortaleza, Ceará. **Anais**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2013.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Portal Geledés, 2011.

CISNE, M; GURGEL, T. Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, 2008.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2005.

DAMASCO, Mariana. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 16 ed. Rio de Janeiro. José Olympio. 1973.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139-150

GUEDES, O. S; PEDRO, C. B. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2010, Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher Mulheres negras e feminismo**. Tradução: Plataforma Gueto. Plataforma Gueto, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça** - IPEA: 1. ed. Brasília: Ipea: UNIFEM. 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATOS, M. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da RedeFem. **Anais**. Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa, 2006, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 121p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Feminismo negro no brasil**: a luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira**: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. Universidade federal de minas gerais UFMG, Tese de mestrado, 2006.

SCHMIDT, R. T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006.

SOARES, V. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. especial, 1994.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 44.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro. In: TRUTH, Sojourner; et al. **Feminismos negros**: una antología. Traficantes de sonhos: mapas, 2012. p. 27/56.

Enviado em: 02/02/2024
Aceito em: 05/08/2024